

O Crescimento dos Pequenos Partidos e a Ascensão das Alternativas Conservadoras nas Eleições Municipais de 1988

Fragilidade do Sistema Partidário ou Amadurecimento Político?

*Maria das Graças Rua e
Carlos Roberto Pio da Costa Filho*

Sobre o Autor

Maria das Graças Rua é professora concursada do quadro efetivo da Universidade de Brasília, onde leciona no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais. É Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - onde está concluindo o Doutorado em Ciência Política. É concursada e aprovada como Professora Assistente no Departamento de Sociologia (1987) e no Departamento de Ciência Política (1988) da Universidade Federal de Minas Gerais. É membro do GT "Partidos, Eleições e Problemas Institucionais e do GT "Elites Políticas" da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS. Trabalha com temas de comportamento político, elites políticas, representação política e análise de políticas públicas.

Carlos Roberto Pio da Costa Filho é aluno do Curso de Bacharelado em Ciência Política da Universidade de Brasília.

Summary

This paper consists of a first approach to one of the products of a more complex study which has been developed by the author on political behavior and the crisis of representation in Brazil nowadays. The article treats comparatively the elections of 1986 and 1988, trying to picture the ascending and descending trajectories of political parties. It analyses the growing of small parties and the increasing preference for conservative associations in several states in 1988. It questions the hypothesis of the occurrence of a widespread electoral re-aligning towards both poles of the ideological spectrum. Furthermore it suggests that the data, instead of translating the historical non institutionalization of the political party system in Brazil, mainly express society's political reorganization nowadays: a more complex and differentialized, more acting one, in search of more effective means of representation.

Resumo

Este trabalho constitui um primeiro momento de um dos produtos de um estudo mais amplo que venho desenvolvendo sobre comportamento político e crise de representação no Brasil contemporâneo. O artigo trata comparativamente as eleições de 1986 e 1988, procurando traçar a trajetória de ascensão e de decadência dos partidos políticos. Analisa o crescimento dos pequenos partidos e o aumento da preferência pelas agremiações conservadoras nos diversos estados do país em 1988. Questiona a hipótese da simples "vitória" dos partidos de esquerda, mostrando a ocorrência de um amplo realinhamento eleitoral em direção a ambos os polos do espectro ideológico. Sugere que, em lugar de os dados traduzirem a histórica ausência de institucionalização do sistema partidário no Brasil, expressam, antes, a reorganização política da sociedade nos dias de hoje: mais complexa e diferenciada, mais mobilizada, e em busca de canais mais efetivos de representação.

Em artigo publicado em 1980, Bolívar Lamounier⁽¹⁾ discutia o voto em São Paulo entre 1970 e 1978, chamando a atenção para o seu significado plebiscitário, sua função de transmissão "de um julgamento genérico sobre a situação do país", seu caráter de "voto de confiança", de deslegitimação ao regime militar. O autor discorria, então, acerca dos esforços envidados pelo regime para assegurar-se a legitimidade: de um lado, a observância estrita do princípio da impessoalidade do poder e a manutenção dos vínculos com as instituições representativas clássicas, como princípios constitucionais; e de outro lado, como conteúdo da ação governamental, a adoção de posições - num primeiro momento, entre 1964 e 1967, de combate à subversão e à corrupção, à desorganização administrativa e à desordem econômico-financeira; num segundo período, entre 1968 e 1974, de realização da eficiência, do desenvolvimento econômico e da soberania nacional; e por último, de 1974 em diante, de iniciativa em direção à normalização política e à transição para a democracia.

Se a retórica oficial e a censura aos meios de comunicação vedavam, a grandes contingentes da população, informação precisa e interpretação isenta quanto à adoção das políticas correspondentes àquele primeiro momento da ação governamental, as características da crise do segundo período não permitiam que o mesmo ocorresse com relação ao projeto econômico. Assim, esgotadas as condições que haviam propiciado o "milagre econômico", resta o projeto de normalização política como alternativa última de conquista da legitimidade pelo regime.

Ocorre, todavia, que os movimentos de implementação desta proposta têm lugar no contexto da grande crise recessiva do início dos anos 80. Passaram, então, a se apresentar superpostos, naquele "julgamento genérico sobre a situação do país", sentimentos de insatisfação e de rejeição decorrentes de expectativas frustradas e de demandas reprimidas, de natureza tanto política quanto econômica e social. Desta forma, ao invés de o regime obter a legitimidade popular a partir do seu projeto de normalização política, acaba por proporcionar a si mesmo um final melancólico, marcado pelo repúdio generalizado, consubstanciado não apenas na grande festa cívica que caracterizou o Movimento das Diretas Já, e na execração pública do candidato da situação, mas também no apoio cada vez mais significativo - de parte das elites e dos setores populares - à candidatura de oposição no Colégio Eleitoral - à candidatura que sustentava a promessa do novo, a Nova República.

Assim, é possível ler, no exercício do voto, manifestações de rejeição ao status quo e de expectativas de mudança que antecedem em muito o pleito de 1988, estando presentes em 1984 e mesmo antes, desde os anos 70. Este é o horizonte onde se situam as eleições municipais de 1988, e a tarefa do analista consiste principalmente na interpretação deste movimento pela mudança, deste desejo do novo e

das suas distintas formas de expressão política coletiva.

Diante disto, os objetivos deste estudo são apresentar ao debate alguns dados relativos às eleições municipais de 1988, propor tentativamente algumas interpretações para o resultado do exercício do voto no último pleito, e chamar a atenção para o avanço das alternativas partidárias de tendência conservadora nesta última disputa eleitoral.

Inicialmente serão examinados os dados referentes ao número de votos e de prefeituras conquistadas pelos partidos vitoriosos. Num segundo momento serão comparadas as votações obtidas pelos partidos nas eleições legislativas de 1986 e executivas municipais de 1988. Uma vez que os dados oficiais relativos à disputa para o legislativo municipal não se encontram ainda totalmente compilados, não restou alternativa senão examinar a votação para os executivos municipais - a despeito das dificuldades impostas pela comparação de resultados de processos eleitorais de natureza distinta, proporcional um, e majoritário outro.

A hipótese central deste trabalho é a de que os resultados das eleições municipais de 1988 indicam um amplo movimento de realinhamento do eleitorado e não uma simples ascensão das alternativas partidárias de esquerda, conforme supunham as primeiras análises que se seguiram imediatamente ao pleito. Além disto, o estudo pretende colocar em questão a hipótese de que tais resultados se tornam compreensíveis à luz da incontestável e histórica fragilidade do sistema partidário no Brasil, que se traduz pela contraposição de uma sociedade desarticulada a um Estado forte e organizado. A hipótese que propomos à reflexão, como um desdobramento dos dados aqui analisados, é a de que o realinhamento do eleitorado nas eleições de 1988 - ao invés de ser interpretado como manifestação da fragilidade e desorganização das instituições de participação e representação política - pode ser lido como resultante do processo de amadurecimento político da sociedade, da multiplicação dos movimentos sociais e de formas alternativas de vida associativa, e pode ser indicador de uma tendência pela constituição de um sistema partidário mais representativo e atuante.

Com o objetivo de levar estas hipóteses ao debate, os dados serão apresentados como resultados obtidos por partidos e também sob a forma agregada por tendência. Neste último caso, considerando, de um lado, as alianças realizadas, a existência ou não do caráter de "frente ampla" e o trânsito de quadros políticos, o PMDB, o PSDB e o PDT foram considerados partidos de centro; o PT, o PSB, o PCB, o PC do B, o PS, o PH, o PJ e o PV foram classificados como partidos de esquerda; e como partidos conservadores foram considerados o PFL, PDS, PTB, PL, PDC, PSC, PTR, PMB, PMC, PPB, PTN, PMN, PASART e o PSD. Não obstante a insuficiência destes critérios, considerou-se preferível a sua adoção à alternativa de uma investigação mais detalhada das características ideológicas de cada um dos partidos,

que excederia o escopo deste estudo.

1.1 - O Pleito de 1988: Quem Foram os Vitoriosos?

A tabela 1 apresenta os resultados das eleições executivas municipais de 1988. Algumas conclusões bastante sugestivas emergem destes dados. Em primeiro lugar, diversamente do que faziam supor as interpretações mais otimistas que se seguiram imediatamente depois do pleito, não foram as agremiações partidárias de esquerda, mas sim os partidos conservadores que conquistaram a maioria das prefeituras - 56% em todo o país - bem como a maior proporção do total dos votos: 45%.

A análise dos resultados por região (Tabela 1-A) não foge a este padrão. A maior parte das prefeituras do Sudeste (52,5%), Nordeste (66%) e Norte (60%) coube aos partidos conservadores. Vale assinalar que foi também nestas regiões que os partidos de esquerda apresentaram o seu melhor desempenho na conquista dos cargos executivos municipais. Não chegaram, todavia, a superar os partidos de centro, que obtiveram respectivamente 43%, 31,5% e 38% das prefeituras.

O exame dos percentuais de votos obtidos reforça a tendência apontada acima, embora apresente distinções significativas. De acordo com preferências do eleitorado nas regiões Sul (54%) e Sudeste (42%), enquanto que nas demais regiões os eleitores optaram majoritariamente pelas legendas conservadoras: no Nordeste, 57%; no Centro-Oeste, 53% e na região Norte 61% dos eleitores. Os partidos de esquerda exibiram seu melhor desempenho junto ao eleitorado nas regiões Sudeste, Sul e Norte, onde se fizeram eleger com respectivamente, 21%, 6% e 16% dos votos.

Este "gap" entre a proporção de prefeituras conquistadas e os percentuais de votos obtidos merece uma análise mais detalhada. Vale assinalar que os partidos de esquerda obtiveram, sistematicamente, uma proporção de votos igual ou superior à proporção de prefeituras conquistadas. O contrário ocorreu com os partidos conservadores, resguardada a exceção notável do PTB.

Entre os partidos de centro não há um padrão uniforme. Em se tratando de PMDB, os resultados referentes ao país como um todo aproximam-se da relação prefeitura/votos exibida pelos partidos conservadores. Ao nível das regiões esta relação se mantém, invertendo-se apenas no caso da região Nordeste. No que se refere ao PDT e ao PSDB, a configuração tomada por esta relação se aproxima notavelmente daquela exibida pelas legendas de esquerda.

A explicação para a existência desta lacuna entre o percentual de votos recebidos e de prefeituras conquistadas encontra-se no fato de que

os partidos conservadores, bem como o PMDB, conquistaram a maior parte das suas prefeituras principalmente nos pequenos municípios, onde o voto de cada eleitor tem um peso relativo maior que nos grandes centros urbanos. O inverso ocorre com as agremiações partidárias de esquerda e com o PDT e o PSDB, para os quais o apoio de grandes contingentes eleitorais se traduziu em um número menor de prefeituras conquistadas. No caso do PMDB, confirma-se a hipótese da nordestinização/interiorização do partido: ele conquista maior número de prefeituras nos municípios menos populosos nas regiões mais desenvolvidas e mantém cativos maiores contingentes eleitorais nas capitais e cidades mais populosas do Nordeste.

Isto permite imaginar um cenário político pouco animador para os partidos de esquerda e também para o PDT e o PSDB, no que diz respeito às eleições presidenciais de 1989, posto que os contingentes eleitorais proporcionalmente maiores estariam vivendo condições de cobrar destas legendas o preço de ser governo. Além disso, vale lembrar fatos até um pouco óbvios, como os de que a administração de prefeituras de maior porte envolve elementos mais complexos e apresenta maiores dificuldades, de que a crise econômico-financeira se manifesta de forma mais visível nos grandes centros urbanos, e de que a concentração do eleitorado nos meios urbanos permite maior mobilização para a manifestação de sentimentos de insatisfação e a formação de atitudes de protesto mais articuladas.

1.2 - Os Resultados Eleitorais na Nova República: as Lições das Urnas

Um exame mais detalhado pode ser realizado quando se comparam as votações obtidas pelos partidos políticos em cada Estado da Federação e por Região geopolítica nos pleitos de 1986 e 1988.

Conforme ocorreu em todo o país, no pleito de 1986 o PMDB capixaba conquistou a maioria da preferência do eleitorado tanto para a Câmara dos Deputados como para a Assembleia Legislativa Estadual, seguindo-se o PFL com proporções muito menores. Já em 1988, não obstante o desempenho do PSDB, os partidos de centro em conjunto perdem metade do apoio antes conquistado, e desta queda se beneficiam as legendas conservadoras. Esta mudança não vem favorecer o PFL, mas sim os pequenos partidos: ganham o PTB, o PL e o PDC. Também se beneficiam da queda do PMDB as legendas de esquerda, que crescem 4 pontos percentuais em relação à média de 1986, graças principalmente à votação obtida pelo PT em Vitória e Vila Velha.

Diversamente dos demais Estados da região, o Rio de Janeiro teve no conjunto das agremiações de centro o maior vencedor das eleições de 1988. Aqui, entretanto, não é o PMDB - que vem sistematicamente perdendo apoio eleitoral desde 1982, e que já em

1986 não logrou atingir sequer 30% dos sufrágios - mas o PDT que cativa as preferências. Capaz de superar as perdas do PMDB entre 1986 e 1988, a sigla de Leonel Brizola ainda foi responsável pela sustentação dos níveis médios das preferências anteriormente auferidas pelo centro (em torno de 50%). No mesmo período, os partidos conservadores fluminenses sofreram uma queda em torno de 10% atingindo principalmente o PFL. O PTB e o PL conquistaram votações substanciais, respondendo por mais da metade do total das preferências conservadoras (32%). As legendas de esquerda apresentam, em 1988, uma expansão de quase 10% em relação à média dos ganhos de 1986, graças ao notável avanço do PT, que triplicou o número de adesões neste período.

O exame comparativo indica ter ocorrido, no Estado de São Paulo, uma grande alteração das preferências manifestas pelo eleitorado entre os pleitos de 1986 e 1988. Neste Estado os partidos de centro perderam para a esquerda grande parte do apoio que possuíam, principalmente em resultado da notável queda do PMDB em comparação com os resultados obtidos nas eleições legislativas de 1986.

No conjunto, os partidos conservadores paulistas cresceram ligeiramente em relação à média dos percentuais obtidos em 1986, devido principalmente ao desempenho do PDS (14%) e do PL (6%). É bastante evidente que a redistribuição das preferências do eleitorado veio beneficiar especificamente o PT, que saltou de 14% dos votos para a Câmara Federal e de 10% para a Assembleia Legislativa Estadual, para 22% dos sufrágios para os executivos municipais.

Bastante diferente é o quadro apresentado pelo Estado de Minas Gerais, onde as legendas de esquerda sofreram uma perda de cerca de 7% das preferências entre 1986 e 1988, ao mesmo tempo que os partidos conservadores conseguiram expandir em mais ou menos 22% o seu percentual médio de adesões eleitorais no mesmo período.

Esta configuração é decorrente, de um lado, da queda do PT que, da média de 20% das preferências dos eleitores para o Legislativo em 1986, obteve apenas 11% dos votos para os executivos municipais em 1988; e de outro lado, da ascensão eleitoral do PDC e do PFL. Os partidos de centro também apresentam tendências declinantes, não sendo maior a sua queda devido ao bom desempenho do PSDB, que amenizou as perdas de aproximadamente 25% sofridas pelo PMDB entre os dois últimos pleitos.

Na Região Sul, ao invés do predomínio da dinâmica de transferência do apoio do eleitorado centrista para as outras correntes - que se configura na maioria dos Estados do Sudeste - observa-se a manutenção da hegemonia do centro, a despeito da redução dos percentuais obtidos entre os dois pleitos.

A exceção fica por conta do Estado de Santa Catarina, onde tanto os conservadores como a esquerda auferem ganhos substanciais com o declínio do centro e a primeira destas correntes amplia sua vantagem em relação à última.

A análise dos resultados por Estado mostra que no Rio Grande do Sul as legendas de esquerda duplicaram o seu percentual médio de votos entre 1986 e 1988, devendo-se este desempenho quase que exclusivamente à ascensão do PT. Já no que se refere ao conjunto dos partidos conservadores, os responsáveis pelo seu crescimento eleitoral - a despeito do declínio do PFL - foram os bons resultados obtidos pelo PDS, que cresceu 6 pontos percentuais nas últimas eleições.

Importa enfatizar, todavia, que estes partidos não foram os grandes vitoriosos, mas sim o PDT, a legenda que mais cresceu no Estado, ao obter em 1988 10% de votos a mais do que a sua média em 1986.

Esta situação é bastante distinta daquela observada no Estado do Paraná, onde as legendas conservadoras realmente cresceram. Isto resultou da queda do PMDB, de aproximadamente 30% entre 1986 e 1988.

Vale notar que a ascensão das primeiras deveu-se principalmente ao desempenho do PTB(15%), e em seguida, do PL e do PDC.

Importa assinalar, ainda, o crescimento do PDT - que da média de 8% em 1986 subiu para 20% em 1988 - sem deixar de ressaltar o fato de que este desempenho aparentemente se deveu mais à vitória da candidatura Jaime Lerner, em Curitiba, do que ao partido propriamente dito.

Também em Santa Catarina as legendas conservadoras crescem a reboque de uma liderança individual. É a vitória de Espiridião Amim na capital, que responde pela sustentação dos percentuais do PDS entre 1986 e 1988, e que se expressa em 32% dos votos para os executivos municipais, o que conferiu ao partido o segundo maior percentual de apoio eleitoral em todo o Estado. E, enquanto o PFL cai em relação aos níveis alcançados no pleito anterior, o PDT apresenta uma modesta expansão.

O PMDB aparece em 1988 como o primeiro partido mais votado no Estado, mas com uma perda de apoio eleitoral em torno de 10% quando comparado aos ganhos de 1986.

Em se tratando a Região Centro-Oeste, o maior apoio às agremiações conservadoras nos pleitos de 1986 e 1988 manifesta-se de forma indiscutível no Mato Grosso do Sul.

Nos demais Estados da região o quadro se assemelha mais aquele

encontrado no Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais, onde a hegemonia do PMDB - que sustentava a corrente centrista - é substituída por uma distribuição das preferências que ora favorece os partidos conservadores, ora beneficia as legendas de esquerda.

Foi no Estado do Mato Grosso que os partidos conservadores apresentaram maior expansão, em torno de 40% em relação à média de 1986, graças principalmente ao bom desempenho do PL, mas também ao crescimento do PTB.

Aqui, a despeito da grande redução do seu percentual de votos em comparação com 1986, o PMDB se manteve na liderança, enquanto que o PDT perdeu eleitores no mesmo período.

Vale assinalar que o PT conseguiu conquistar seus primeiros apoios no Estado em 1988, quando obteve 2% dos votos para o executivo municipal.

Também no Mato Grosso do Sul, dois pequenos partidos - o PT e o PDC - só começaram a conquistar o apoio do eleitorado em 1988, quando obtiveram, respectivamente, 3,5% e 2 % dos votos para prefeito.

Neste Estado as mudanças nas tendências do eleitorado entre 1986 e 1988 foram menos intensas que no Estado do Mato Grosso. Não obstante, ocorreu um significativo realinhamento das preferências partidárias no interior do conjunto formado pelos partidos conservadores. Foi principalmente o PTB que ganhou às expensas do PDS e do PFL, sendo verdadeiramente notável o declínio do primeiro destes partidos. Já os partidos de centro conseguiram manter, em 1988, níveis próximos daqueles obtidos em 1986, sendo as perdas do PMDB relativizadas pelas contribuições do PSDB e do PDT.

Os resultados obtidos no Estado de Goiás confirmam a ascensão da tendência conservadora na região. O PMDB repete a mesma trajetória declinante, o mesmo ocorrendo com o PFL. Com as perdas deste último partido, o bom desempenho do conjunto das legendas conservadoras deve-se principalmente ao PL e ao PDC, que lideraram o aumento médio de 16% dos votos desta corrente neste período.

As perdas dos dois maiores partidos da Nova República revertem em ganhos também para as legendas de esquerda, entre as quais o PT comparece com 5% das preferências para os executivos municipais.

Também na Região Nordeste os partidos de centro repetem a trajetória declinante observada em outros contextos regionais. Aqui, com exceção do Estado do Ceará, onde os conservadores capitalizaram quase que a totalidade das perdas centristas, o realinhamento das preferências se distribui ora à direita, ora à esquerda.

No Estado de Alagoas, os partidos conservadores, majoritariamente representados pelo PFL e pelo PTB, conseguiram aumentar em 1988 a vantagem que obtiveram sobre as legendas de centro em 1986. A queda do PDT resultou em uma perda de apoio eleitoral ao centro de, em média, 8%. E, apesar de o PMDB ter conseguido manter-se no primeiro lugar das preferências em 1988 com 35% dos votos para prefeito, este percentual representa uma queda de 7% em comparação a sua média de 1986. As agremiações partidárias de esquerda ficaram, em 1988, com 2% dos votos para prefeito, dados ao PSB. Importa chamar a atenção, ainda, para o crescimento do PL, bem como para o do PSB. Este último ficou, em 1988, com 6% dos votos para prefeito, elevando o patamar das agremiações de esquerda no Estado.

Apesar de terem perdido parte da vantagem conquistada em 1986, os partidos de centro mantiveram o primeiro lugar em 1988, nas eleições executivas municipais baianas, com o PMDB recebendo 40% dos votos.

As legendas conservadoras cresceram 5% em virtude da expansão de pequenos partidos como o PDC, o PSC e o PMB. Além disto, o PFL também apresentou um bom desempenho, obtendo 25% dos votos dados para prefeito, não obstante sua queda de 6% em relação às eleições legislativas de 1986. As agremiações partidárias de esquerda apenas conseguiram manter os seus percentuais em comparação com a média obtida nas eleições de 1986.

No Ceará, enquanto as agremiações partidárias de centro caíram entre 1986 e 1988, os partidos conservadores cresceram 21%. Estes ganhos foram conquistados principalmente pelo PMB que estreou obtendo 10% dos votos para prefeito, pelo PTB e pelo PFL, além de contribuições menores do PL.

Apesar de o PMDB se manter no primeiro lugar em 1988, com 34% dos votos, este partido enfrentou, ao lado do PDT, perdas conjuntas da magnitude de 23%. O PSB e o PT foram responsáveis pela conquista de 3,5% dos votos recebidos pela esquerda cearense nas últimas eleições.

Também no Maranhão a dinâmica observada aponta para o estabelecimento de uma maior vantagem dos conservadores sobre os partidos de centro.

Mesmo com o bom desempenho do PDT, que dobrou o percentual de preferências recebidas em 1986, a derrota das legendas centristas é notável. Este declínio expressa-se principalmente na grande perda de apoio eleitoral pelo PMDB, que caiu de 66% das preferências para a Assembléia Legislativa Estadual em 1986 para apenas 30% dos votos para o Executivo municipal em 1988.

Dentre os partidos conservadores destaca-se a transferência de apoio eleitoral do PFL e do PDS para o PTB e o PL, enquanto que as legendas de esquerda começam a conquistar um espaço que se traduz, em 1988, em 3% dos votos para prefeito.

A situação da Paraíba não é muito diferente, onde o PMDB sofreu um declínio expresso em menos 11% de votos entre 1986 e 1988, apesar de ter se mantido como o partido mais votado. Dentre os partidos conservadores, o PFL e o PDS perderam cerca de 10% dos votos entre 1986 e 1988, mas o conjunto desta tendência apresentou percentuais ascendentes graças à conquista de 17% de votos pelo PL e aos ganhos do PDC, PTB e PMB. As agremiações de esquerda também cresceram entre as duas eleições, especialmente o PT, que conquistou a preferência de 3% do eleitorado paraibano nas eleições para os executivos municipais.

Não obstante haja perdido apoio em relação a 1986, o PFL pernambucano, com a expressiva vitória do candidato Joaquim Francisco na capital, conquistou o segundo lugar nas eleições de 1988, com 31% dos votos. O maior derrotado foi o PDT, que perdeu quase metade do que conquistara em 1986.

O PMDB, apesar de haver sofrido uma queda média de 5% entre 1986 e 1988, obteve a preferência da maioria no Estado, com 37% dos sufrágios.

Aqui as perdas dos partidos de centro e também do PFL são capitalizadas, de um lado, pelos pequenos partidos conservadores: o PMB cresceu 7% e ficou no terceiro lugar; cresceram também o PTB e o PDC, sustentando a expansão dos conservadores em 1988. De outro lado, os pequenos partidos de esquerda fizeram significativas conquistas ao obter, em sua estréia, cerca de 5% das preferências.

Os resultados das eleições para os executivos municipais em 1988 no Piauí apresentam um quadro um pouco diferente. As legendas conservadoras tiveram os seus índices reduzidos em relação ao que haviam obtido em 1986. O seu declínio se deveu principalmente ao fraco desempenho do PFL (menos 11% em 1988), mas foi parcialmente compensado pelos ganhos do PDC e do PDS.

Todavia, esta queda não corresponde a uma efetiva ascensão dos partidos de centro, que cresceram apenas 1% nas últimas eleições. A esta redução corresponde uma ascensão dos partidos de centro. Vale assinalar que o PMDB obteve em 1986, entre a Câmara e a Assembléia, uma média de 35% dos votos, e que este índice se reduziu em 3% em 1988, enquanto o PDT conquistou uma parcela de 5% dos votos.

O desempenho da esquerda no Estado, representada pelo PT e pelo PSB, situou-se na mesma faixa dos percentuais obtidos na região

como um todo. Vale assinalar, entretanto, uma tendência no sentido de que, no Piauí, estes partidos ganhem às custas dos conservadores, e não, como ocorre em outros Estados, às expensas do centro.

A situação no Rio Grande do Norte é bastante distinta do conjunto da região. Ali o centro cresceu em detrimento dos conservadores. E, apesar destes últimos se beneficiarem do excelente desempenho do PL (18%), o PDS e o PFL caíram juntos aproximadamente 14% em comparação com 1986. Entre os dois pleitos os conservadores perderam, no conjunto, cerca de 18% das preferências.

No que se refere às legendas de centro, o grande vencedor foi o PDT, que amenizou uma pequena perda de votos por parte do PMDB. Finalmente, às agremiações partidárias de esquerda couberam cerca de 2% dos votos, o menor percentual obtido na região.

No Estado de Sergipe os conservadores mantiveram a posição de liderança que já possuíam em 1986 e cresceram em média 10% entre os dois últimos pleitos, graças aos avanços do PL e do PDC.

Enquanto isto, as legendas de centro caíram cerca de 26% em 1988, em comparação com os resultados de 1986, devido ao baixo rendimento do PMDB.

A grande novidade apresentada na última eleição neste Estado foi o surpreendente crescimento do apoio à esquerda: o PSB foi o segundo partido mais votado na disputa pelos executivos municipais, obtendo 17% dos votos, enquanto que o PT caiu, ficando com 3,5% das preferências.

O declínio dos partidos de centro persiste nos Estados da Região Norte. Aqui, esta corrente perde tanto para os conservadores como para as legendas de esquerda, provocando uma acentuada alteração na correlação das forças políticas.

Destacando-se por apresentar uma distribuição equilibrada entre as três tendências, o quadro oferecido pelo Estado do Amazonas em 1988 nem por isto deixa de acompanhar a dinâmica geral da região. Nas últimas eleições o PMDB perdeu 21% das preferências que conquistara em 1986. O PFL ficou com 8% dos votos para as prefeituras - 20% a menos do que obtivera para o Legislativo em 1986 - e o PDC surge como a alternativa que cataliza as preferências conservadoras, com 14% dos votos.

O PSB emerge como o grande vitorioso ao subir de 18% nas eleições para a Câmara Federal e 13% para a Assembleia Estadual em 1986, para 29,5% das preferências para os cargos executivos municipais em 1988, enquanto que ao PT couberam 3% dos votos.

Vale assinalar, ainda, a ofensiva de partidos como o PL, o PTB e

o PMB, que pela primeira vez conquistaram o apoio do eleitorado amazense, obtendo respectivamente 5%, 3% e 2% dos votos, compensando assim parte das perdas do PFL.

Já no Estado do Pará, as legendas de esquerda não repetiram esta vitória, e o grande beneficiado com a queda do PMDB - que em 1988 teve 35% menos votos que em 1986 - foi o PTB. Talvez muito mais pelo brilhante desempenho do candidato Said Xerfan na capital do que por qualquer razão ideológica, o PTB venceu com 34,5% dos votos para os cargos executivos municipais no Estado.

Chamam a atenção, além disto, os avanços do PDC e do PL, que em 1988 concorrem pela primeira vez no Estado, e juntos contribuem com 9% dos votos dados aos conservadores, compensando as perdas do PFL. As legendas de centro ficaram em segundo lugar, obtendo o PMDB 27% dos votos para prefeito, enquanto que o PDT manteve sua votação de 1986.

Aqui o PT apenas conseguiu manter seus índices anteriores, e o PSB apresentou um crescimento de 3 pontos percentuais, que embora modesto, representa um avanço frente à sua ausência no pleito de 1986.

No Estado do Acre a situação se inverteu entre os dois pleitos observados: a vantagem obtida pelo centro em 1986 foi superada e expandida pelas agremiações conservadoras, que em 1988 conquistaram 53% dos votos para os executivos municipais. O PMDB sofreu uma queda de 26 pontos percentuais em relação a sua média de 1986. Esta perda é que responde pelo avanço das legendas conservadoras. Mas aqui, a dinâmica interna a este segmento é bem específica: o PFL conquista os seus primeiros espaços, com 12% dos sufrágios para os executivos municipais, enquanto que o PDS cresce 4,5% em relação a 1986, restando ao PTB menos que 0,1% dos votos. O declínio do centro é transformado em ganhos também pelas legendas de esquerda, principalmente o PT, que somadas conquistaram 7% do eleitorado.

A análise comparada dos dois últimos períodos eleitorais indica que o maior perdedor foi o conjunto constituído pelas legendas de centro. Ora perdendo para os partidos de esquerda - especialmente nas regiões mais urbanizadas - ora para as agremiações partidárias conservadoras, o PMDB foi o principal responsável pela queda deste grupo. Vale ressaltar que somente no Estado do Rio de Janeiro o centro conseguiu apresentar ganhos eleitorais, e só o fez graças ao PDT de Leonel Brizola.

Os maiores índices de crescimento eleitoral dividiram-se entre os partidos de esquerda e os conservadores. Os primeiros obtiveram o seu melhor desempenho nos grandes centros urbanos, enquanto que os últimos conquistaram os resultados mais animadores nas regiões rurais e cidades de pequeno e médio porte.

E importante assinalar, todavia, que esta distribuição bipolar dos índices de crescimento partidário não dá conta da complexidade do realinhamento eleitoral observado entre os dois últimos pleitos. Uma análise mais cuidadosa mostra que na maior parte dos Estados as legendas que efetivamente mais cresceram foram aquelas usualmente definidas como "pequenos partidos", tanto à direita quanto à esquerda. Se é verdade que houve uma notável expansão do apoio eleitoral ao PT, também é verdadeiramente surpreendente o avanço de partidos como o PTB, o PDC e o PL - sem falar no PDS, que praticamente ressuscitou em 1988, após a fragorosa derrota de 1986. E, na maior parte dos casos, onde houve um bom desempenho do conjunto dos partidos conservadores, isto se deveu principalmente aos resultados obtidos por estes pequenos partidos. O significado deste movimento é, claramente, o de rejeição da estrutura partidária herdada do regime militar, indicando que os antigos partidos em geral já não satisfazem no desempenho da função representativa. Assim, de 1986 a 1988 ocorreu um processo generalizado de realinhamento, de tal forma que o sistema partidário brasileiro - até então ainda preso às lealdades bipartidárias - passa a apresentar uma configuração indiscutivelmente multipartidária, com elevado grau de fragmentação. Desta forma, a advertência que os resultados das urnas trazem é a de que, ao contrário do que se supunha num primeiro momento, não é possível afirmar simplesmente que o eleitorado brasileiro esteja buscando alternativas políticas de esquerda.

Em lugar disto, é possível sustentar com segurança que, diante da crise das lideranças políticas e da rejeição às siglas tradicionalmente presentes ao leque de alternativas partidárias, contingentes eleitorais cada vez mais significativos estão a buscar - ainda que de forma difusa e desordenada - rumos que sejam caracterizados como novos.

Observações Finais

Já faz parte do senso comum a afirmação de que, em 1986, ainda embalado pelo entusiasmo remanescente do Plano Cruzado, o eleitorado traduziu em votos nas urnas o seu apoio àquilo que acreditava ser a promessa do novo: a República que se qualificava de "Nova", que sucedia ao regime militar com uma proposta de construção de um país mais democrático, moderno e eficiente. As lideranças políticas da Aliança Democrática beneficiaram-se da credibilidade obtida a partir do primeiro choque econômico, e da imagem de lisura e competência oferecida pelos economistas do PMDB. Assim restaram tanto às legendas de esquerda como aos partidos conservadores em geral, e ao PDS em particular, votações bastante modestas.

O mesmo eleitorado que elegeu governadores do PMDB na quase totalidade dos Estados brasileiros em 1986 reagiu prontamente à frustração das suas expectativas nos dois anos que se seguiram. O PMDB foi prontamente identificado e penalizado como o responsável

pela crise vivida pelo país - muito mais que o seu parceiro na Aliança Democrática, o PFL.

E, em 1988, a esquerda e os conservadores - estes em proporção bem superior - revezaram-se na conquista dos primeiros lugares na preferência do eleitorado. Mas este apoio, ao invés de representar um realinhamento ideológico, constitui antes uma expressão de repúdio à estrutura tradicional de oferta de representação política e de manifestação do desejo do novo, da busca da mudança, ainda que difusos e desorganizados.

E neste contexto de crise de representação que se constitui o espaço para a atuação de instituições alternativas de representação política que, agindo de forma ampla e paralela às entidades partidárias, podem contribuir para dotar o sistema político com uma nova tônica de competitividade. E é neste sentido que assumem maior significado as diversas formas de mobilização da sociedade civil. Como assinala Wanderley Guilherme dos Santos (2), é através do estímulo à competição pela oferta de representação política que o sistema de representação parlamentar pode se tornar mais dinâmico e se estabelecem vias possíveis à superação da maldição de Michels. E também através do desenvolvimento de mecanismos alternativos - mas não excludentes - de representação política que a sociedade civil pode avançar em termos de amadurecimento político, de efetivo exercício da cidadania, e assim caminhar para a constituição de um sistema partidário mais efetivo. Porque esta é a forma pela qual as diversas instituições de representação podem vir a competir pelo apoio e pela participação dos cidadãos mediante a oferta de mecanismos e canais para a articulação e expressão de suas demandas, para a tradução em políticas concretas deste "desejo do novo".

Como caracterizar este movimento pela modernidade, esta ruptura com o tradicional, quando os analistas enfatizam a conotação moralista do voto no último pleito?

O que existe, aparentemente, é uma demanda generalizada pela modernidade expressa em termos racionais-legais, que busca a institucionalização da norma, a observância de preceitos legais, e principalmente, que se opõe à moralidade discricionária da dominação tradicional. Sob esta perspectiva, nada há de excêntrico no voto de segmentos eleitorais que - como bem assinalam alguns - em uma eleição votam Jânio e em outra votam Erundina. E nada há de excêntrico ou esdrúxulo na medida em que este voto exprime demandas universalistas, presentes pelo menos desde a ascensão da burguesia e das lutas pela cidadania das classes trabalhadoras na Europa do século XIX. É, contudo, exatamente a ausência da excentricidade que torna mais séria a advertência do voto.

Notas

- (1) LAMOUNIER, B. (1980)
- (2) SANTOS, Wanderley G. (1988) Esta idéia é desenvolvida principalmente no capítulo intitulado "O Século de Michels".

Referência Bibliográfica

- BENDIX, Reinhard (1967). "Tradition and Modernity Reconsidered", Comparative Studies in Society and History, Vol. IX, April
- CONVERSE, Phillip E. (1964), "The Nature of Belief Systems in Mass Politics", IN APTER, D. (ed), Ideology and Discontent, New York: The Free Press.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1975), A Ordem Política nas Sociedades em Mudança. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Ed. USP.
- LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. (Coord.) (1978), Os Partidos e as Eleições no Brasil, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAMOUNIER, B. (org.) (1980), Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil, Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP
- LEHMAN, E. W. (1972), "On the Concept of Political Culture: A Theoretical Reassessment", Social Forces, Vol. XXIX, no. 4
- REIS, Fábio W. (org.) (1978), Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro, São Paulo: Símbolo
- SANTOS, Wanderley G. (1977), "As Eleições e a Dinâmica do Processo Político Brasileiro", Dados, no. 14
- SANTOS, Wanderley G. (1988), Paradoxos do Liberalismo: Teoria e História, São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ.

Tabela n. 1

Prefeituras e Votos Conquistados pelos Partidos Vencedores das Eleições de 1988 no Brasil (%)

Partidos	Prefeituras	Votos
PFL	25	18
PDS	10.5	8
PL	5.5	3.5
PTB	8	10
PDC	5	4
PSC	0.5	0.5
PTR	*	*
PSD	*	*
PPB	*	*
PMB	1	1
TOTAL	56	45
PMDB	37	27
PSD	0.5	2.5
PDT	4.5	13
TOTAL	42	42.5
PT	1	10
PSB	1	2
PJ	*	*
TOTAL	2	12

* Menos que 0.1% dos votos e das prefeituras.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 1-A

Prefeituras e Votos Conquistados pelos Partidos Vencedores das Eleições de 1988, por Região (%).

Região	Sudeste		Sul		Nordeste		CentroOeste		Norte	
	P	V	P	V	P	V	P	V	P	V
PFL	23	13	10	10	37	34	20	17	14	7
PDS	7	5	24	20	7	6	2	1	11	10
PL	4	3	2	2	9	5	8	9	2	1
PTB	9	10	8	7	6	5	7	16	13	35
PDC	8	5	1	1	2	2	7	9	19	7
PSC	0.5	1	-	-	1	1	-	-	-	-
PTR	0.5	*	-	-	1	1	1	1	-	-
PSD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PPB	*	*	-	-	-	-	-	-	-	-
PMB	0.5	1	-	-	3	3	-	-	1	1
TOTAL	52.5	38	45	40	66	57	45	53	60	61
PMDB	38	20	43	29	29	35	51	44	35	21
PSDB	1	6	1	1	*	*	0.5	0.5	-	-
PDT	4	16	10	24	2.5	5	3	1.5	3	2
TOTAL	43	42	54	54	31.5	40	54.5	46	38	23
PT	2	20	1	6	0.5	*	0.5	0.5	-	-
PSB	1	1	-	-	1.5	2	0.5	0.5	2	16
PJ	0.5	*	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.5	21	1	6	2	2	1	1	2	16

* Menos de 0.1% dos votos ou das prefeituras.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 2

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. Espírito Santo (%).

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	63	50	23.5
PSDB	-	-	12
PDT	-	5	5.5
PFL	24	31	19
PDS	-	5	3
PL	-	-	3.5
PTB	-	-	14
PSC	-	-	1
PDC	-	-	2
PMC	-	-	1
PSD	-	-	*
PT	13	9	13
PSB	-	-	2
PCB	-	-	*
PH	-	-	*
TOTAL	735.363	750.006	970.572

* Obtiveram menos que 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 3

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. do Rio de Janeiro (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	27.5	24.5	9
PSDB	-	-	3
PDT	25	21	37.5
PFL	17	15	8
PDS	3	2	1.5
PTB	7	9	6
PL	12	6	12
PSC	*	*	*
PDC	3	2	3
PMB	-	0.5	*
PASART	-	2	0.1
PTR	-	3	2
PMN	-	1	1
PCN	-	*	*
PMC	-	0.5	*
PPB	-	*	*
PTN	-	1	-
PT	4	5	14
PC do B	1	2	-
PSB	-	3	2.5
PJ	*	1	1
PS	-	1	*
TOTAL	4.152.293	4.316.536	4.702.848

* Obtiveram menos que 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 4

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. de São Paulo (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	46	41	24.5
PSDB	-	-	5
PDT	4	5	3
PFL	8	10	8
PDS	8	15	14
PTB	11	14	12.5
PL	7	3	6
PSC	1	1	*
PDC	1	1	2
PSD	-	-	0.5
PTR	-	-	0.2
PTB	-	-	*
PT	14	10	22
PSB	-	-	1.5
PCB	-	-	0.5
PH	-	-	0.1
PV	-	-	0.1
TOTAL	8.748.667	8.393.741	4.702.848

* Obtiveram menos que 0,1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 5

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. de Minas Gerais (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	63	51	32
PSDB	-	-	8
PDT	0.2	*	3
PFL	2.5	3	15.5
PDS	3	7	6
PTB	5	5	5.5
PL	6	7	3.5
PSC	0.3	0.5	1
PDC	1	4	11
PMB	-	-	1.5
PSD	-	-	*
PSP	-	-	*
PT	19	21.5	11
PSB	-	-	0.5
PCB	-	-	*
PJ	-	-	0.5
PH	-	-	*
PS	-	-0.2	
TOTAL	4.454.152	4.309.785	5.778.079

* Obtiveram menos que 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 6

Resultados das Eleições para a Câmara dos Deputados e para as Assembléias Legislativas em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, por Tipo de Partido Político nos Estados da Região Sudeste (%).

Tipos de Partido/ Estados	Câmara	Assembléia	Prefeituras
Espírito Santo:			
Conservadores	23	36	43.5
Centro	63	55	41.5
Esquerda	13	9	15
São Paulo:			
Conservadores	36	44	43.2
Centro	50	46	32.5
Esquerda	14	10	24.1
Rio de Janeiro:			
Conservadores	42	42	33.1
Centro	52.5	46	49.7
Esquerda	5.5	12	17.2
Minas Gerais:			
Conservadores	18	27	44
Centro	63	51	43
Esquerda	19	22	12.2

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela n. 7

Resultados das Eleições para a Câmara dos Deputados e para as Assembléias Legislativas em 1986, e para a Prefeituras Municipais em 1988, por Tipo de Partido Político nos Estados da Região Sul (%).

Tipos de Partido/ Estados	Câmara	Assembléia	Prefeituras
Rio Grande do Sul:			
Conservadores	26	29	31.5
Centro	66	65	55
Esquerda	8	6	13.5
Paraná:			
Conservadores	19	21.5	37
Centro	81	76	59
Esquerda	-	2.5	4
Santa Catarina:			
Conservadores	48	51	48.7
Centro	52	46	44
Esquerda	-	3	7.3

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela n. 8

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. do Rio Grande do Sul (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	52	48	28.5
PSDB	-	-	0.5
PDT	14	17	26
PFL	8	10	4.5
PDS	18	19	24.5
PTB	-	-	0.5
PL	-	-	2
PT	8	6	12
PSB	-	-	1.5
TOTAL	3.168.647	3.277.398	4.213.264

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 9

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. do Paraná (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	75	66	39
PDT	6	10	20
PFL	18.9	15	12
PDS	-	2.5	4
PTB	-	3.9	15
PL	-	-	4
PDC	-	-	2
PND	0.1	0.1	-
PT	-	2.5	4
TOTAL	2.447.663	2.674.713	3.487.687

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 10

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. de Santa Catarina (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	52	43	38
PSDB	-	-	2
PDT	-	3	4
PFL	20	16	14
PDS	28	32	32
PTB	-	-	0.5
PL	-	-	0.2
PDC	-	3	2
PT	-	3	6
PSB	-	-	*
PCB	-	-	1.3
TOTAL	1.368.056	1.114.575	1.789.141

* Obtiveram menos que 0,1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 11

**Resultados das Eleições para a Câmara dos Deputados e para as
Assembléias Legislativas em 1986, e para a Prefeituras
Municipais em 1988, por Tipo de Partido Político nos Estados da
Região Centro-Oeste (%).**

Tipos de Partido/ Estados	Câmara	Assembléia	Prefeituras
Mato Grosso:			
Conservadores	36.5	36.5	53.5
Centro	63.5	63.5	44.5
Esquerda	-	-	2
Mato Grosso do Sul:			
Conservadores	56	54	54
Centro	44	45	42.4
Esquerda	-	1	3.6
Goiás:			
Conservadores	28	32	46.5
Centro	72	63	48
Esquerda	-	55.5	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela n. 12

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. do Mato Grosso (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	63.5	57	38.5
PDT	-	6.5	6
PFL	25.5	30	28.5
PDS	4	3	1
PTB	-	-	8.5
PL	6	3.5	13.5
PDC	-	-	2
PMB	1	-	-
PT	-	-	2
TOTAL	393.328	253.911	413.713

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 13

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. do Mato Grosso do Sul (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	44	45	39
PSDB	-	-	1
PDT	-	-	2.3
PFL	35	25	14
PDS	21	29	0.5
PTB	-	-	36
PL	-	-	1.5
PDC	-	-	2
PT	-	-	3.5
PCB	-	1	*
PC do B	-	-	*
TOTAL	497.738	499.946	675.942

* Obtiveram menos que 0,1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 14

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. de Goiás (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	72	63	45
PDT	-	-	3
PFL	28	29	15
PDS	-	3	4
PL	-	-	9
PDC	-	-	18
PTR	-	-	0.5
PT	-	5	5
PSB	-	-	0.5
PC do B	-	-	*
TOTAL	1.148.044	1.215.912	1.190.724

* Obtiveram menos que 0,1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 15

Resultados das Eleições para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas em 1986, e para a Prefeituras Municipais em 1988, por Tipo de Partido Político nos Estados da Região Nordeste (%).

Tipos de Partido/ Estados	Câmara	Assembleia	Prefeituras
Alagoas:			
Conservadores	49	51.5	55
Centro	51	45	39
Esquerda	-	3.5	6
Bahia:			
Conservadores	38.5	41.5	46
Centro	57	54	50
Esquerda	4.5	4.5	4
Ceará:			
Conservadores	39	39	60
Centro	61	58	36.5
Esquerda	-	3	3.5
Maranhão:			
Conservadores	71	28	55
Centro	29	72	42
Esquerda	-	-	3
Paraíba:			
Conservadores	46	53	52.5
Centro	54	46	43
Esquerda	-	1	4.5
Pernambuco:			
Conservadores	48.5	47.5	51
Centro	47	51.5	44
Esquerda	4.5	1	5
Piauí:			
Conservadores	72	56	59
Centro	28	44	37
Esquerda	-	-	4
Rio Grande do Norte:			
Conservadores	55	66	42
Centro	45	42	56
Esquerda	-	2	2
Sergipe:			
Conservadores	54	50	62.9
Centro	46	39	16
Esquerda	-	11	21

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela n. 16

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. de Alagoas (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	51	33	35
PDT	-	12	4
PFL	41	31	33
PDS	-	3.5	*
PTB	8	14	13.5
PL	-	0.5	4
PSC	-	1.5	2
PDC	-	1	1
PMB	-	-	0.5
PTR	-	-	*
PMN	-	-	*
PT	-	1	0.5
PSB	-	2	6
PCB	-	0.5	-
PH	-	-	*
PJ	-	-	*
TOTAL	423.527	516.572	739.132

* Obtiveram menos que 0,1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 17

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. da Bahia (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	57	51	40
PSDB	-	-	5
PDT	-	3	5
PFL	34	32	25
PDS	1	2	2
PTB	2.4	7	6
PL	-	-	0.5
PSC	1	*	4
PDC	*	*	5
PMB	-	-	2
PPB	-	-	0.5
PTR	-	-	0.5
PMC	-	-	*
PT	-	3	3
PSB	-	-	1
PCB	1.5	0.5	-
PC do B	3	1	*
TOTAL	2.387.671	2.539.488	3.323.969

* Obtiveram menos que 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 18

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. do Ceará (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	54	52	34.5
PDT	7	6	2
PFL	20	27	28
PDS	19	12	13
PTB	-	-	4
PL	-	-	2
PSC	-	-	1
PDC	-	-	1
PMB	-	-	10
PTR	-	-	1
PT	-	3	2
PSB	-	-	1.5
PCB	-	-	*
PC do B	-	-	*
PJ	-	-	*
TOTAL	1.671.251	1.752.034	1.633.855

* Obtiveram menos que 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 19

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. do Maranhão (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	29	66	30
PSDB	-	-	*
PDT	-	6	12
PFL	61	12	32
PDS	10	12.5	7
PTB	-	3	9
PL	-	-	4
PDC	-	-	2
PTR	-	-	*
PSD	-	-	*
PMB	-	0.5	1
PT	-	-	2
PSB	-	-	1
TOTAL	733.413	1.069.014	1.188.620

* Obtiveram menos que 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 20

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. da Paraíba (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	54	46	39
PSDB	-	-	1
PDT	-	-	3
PFL	36.5	28	19
PDS	8	24.9	9
PL	-	-	17
PTB	-	-	3
PDC	1.5	*	4.5
PMB	-	-	2
PSD	-	-	*
PT	-	-	3
PSB	-	-	1.5
PCB	-	1	-
TOTAL	808.882	815.972	1.104.102

* Obtiveram enos que 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 21

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. da Pernambuco (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	47	38	37
PSDB	-	-	0.5
PDT	-	13.5	7
PFL	46	36	31
PDS	0.1	2	1
PL	-	-	1
PTB	*	0.5	5.5
PDC	-	0.5	3
PMB	1	3	79
PSC	1	1	0.2
PMN	-	-	0.1
PSD	-	-	*
PND	*	-	-
PT	-	-	2
PSB	-	-	2.5
PCB	4.5	1	*
PJ	-	-	*
TOTAL	1.673.222	1.731.434	2.335.763

* Obtiveram menos que 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 22

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. do Piauí (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	28	43.9	32
PDT	-	-	5
PFL	51.9	45	37
PDS	20	11	17
PL	-	-	0.5
PSC	-	-	0.5
PDC	-	-	4
PT	-	-	3
PSB	-	-	1
PC do B	*	*	-
TOTAL	686.594	799.179	983.575

* Obtiveram menos que 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 23

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. do Rio Grande do Norte (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	45	42	41
PDT	-	-	15
PFL	34	41	13
PDS	21	15	8
PL	-	-	18
PTB	-	-	1
PDC	-	-	1
PTR	-	-	0.2
PTN	-	-	0.3
PSD	-	-	0.5
PT	-	-	0.8
PSB	-	-	1.5
PCB	-	-	*
PC do B	-	1	-
PV	-	-	*
TOTAL	707.942	654.994	931.618

* Obtiveram menos que 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 24

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. de Sergipe (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	46	39	16
PDT	-	-	*
PFL	47	42	44.5
PDS	4	8	6
PTB	-	-	0.4
PL	3	-	10
PDC	-	-	2
PT	-	11	3.5
PSB	-	-	29
PCB	-	-	17
PV	-	-	0.3
TOTAL	346.850	366.976	533.033

* Obtiveram menos que 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 25

Resultados das Eleições para a Câmara dos Deputados e para as Assembléias Legislativas em 1986, e para a Prefeituras Municipais em 1988, por Tipo de Partido Político nos Estados da Região Norte (%).

Tipos de Partido/ Estados	Câmara	Assembléia	Prefeituras
Amazonas:			
Conservadores	26	30	33.5
Centro	56	57	35
Esquerda	18	13	31.5
Pará:			
Conservadores	29	35	60.5
Centro	70	58	31.5
Esquerda	1	7	8
Acre:			
Conservadores	34	60	53.5
Centro	66	40	39.5
Esquerda	-	-	7

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela n. 26

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. do Amazonas (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	41	46	33
PDT	15	11	2
PFL	26	30	8
PDS	-	-	0.5
PL	-	-	5
PTB	-	-	3
PDC	-	-	14.5
PMB	-	-	2
PMC	-	-	0.5
PT	-	-	2
PSB	18	13	54
TOTAL	330.840	353.804	513.703

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 27

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. do Pará (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	70	54	27
PDT	-	4	4.5
PFL	12	13	4
PDS	15	16	12.5
PTB	2	3	34.5
PL	-	-	3
PDC	-	-	6
PMB	-	3	0.5
PT	-	5	5
PC do B	1	2	*
PSB	-	-	3
PJ	-	-	*
TOTAL	732.107	901.427	1.202.146

* Obtiveram menos de 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela n. 28

Votação obtida pelos Partidos para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa em 1986, e para as Prefeituras Municipais em 1988, no E. do Acre (%)

Partidos	Câmara	Assembléia	Prefeituras
PMDB	66	60	37.5
PDT	-	-	2
PFL	-	-	12
PDS	34	40	41.5
PTB	-	-	-
PT	-	-	6
PC do B	-	-	1
TOTAL	81.190	87.935	105.735

* Obtiveram menos de 0.1% dos votos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral